

Encrencas mórbidas: palavras aos jovens do setor elétrico (1)

Paulo Ludmer (2)

A desigualdade se fortalece na sobra ou na falta pois socializam-se os prejuízos, mas na fatura não se partilham os resultados.

A crise hídrica-elétrica produziu um efeito: reduzirá uma fatia incerta do Produto Interno Bruto (PIB), em 2021 e, a depender da sua duração, repete-se em 2022. Noutra abordagem, diminui a Renda Nacional e aumenta a luta pela sua distribuição, ampliando a desigualdade.

A luta por volumes de água não deixa de ser por dinheiro. Em mais de 60% ela alimenta os quilogramas de porcos, bois, aves, grãos e toda a vida da Terra. Convertida sua movimentação em energia elétrica, as águas representam 40% do custo de produção de alumínio, soda e cloro, ferro ligas, alguns papéis, ou até dois terços de gases industriais como oxigênio e nitrogênio. Vale dizer, água e energia são onipresentes na vida e na economia, especialmente na brasileira sustentada por commodities exportáveis.

A carência mundial de água potável faz hoje que países, entre eles a Austrália, queimem carvão mineral na desmineralização de captura no mar. Outros predam seus lençóis freáticos. Há os que exportam o degelo da neve, vide a Turquia. O Brasil exporta basicamente água contida em todos os seus produtos, inclusive a energia elétrica.

São reais os atuais riscos de faltas súbitas (blackouts) e estruturais (racionamentos). A desigualdade se fortalece na sobra ou na falta pois socializam-se os prejuízos, mas na fatura não se partilham os resultados.

Releve-se que, nas tarifas aplicadas ao consumidor em baixa tensão, sempre estão embutidos 5% de risco de falta do insumo. Agora aplicam-se adicionais vermelhos aos preços finais dos consumidores cativos das distribuidoras. A eles se somam encargos e impostos com importância igual à metade da fatura final. É sempre uma proteção exógena ao usuário. Vale listar ilustrativamente cinco de vários exemplos:

1) O consumidor final de energia elétrica em baixa tensão sustenta a ANEEL, o ONS, a EPE, as indenizações aos municípios banhados por lagos hidrelétricos, o Luz para todos, a CCC (conta de combustíveis para os sistemas isolados), o apoio às usinas a carvão do sul do país, o Proinfa de fontes alternativas, a contribuição ao desenvolvimento energético, entre outras.

2) Ele arca com o rateio da energia furtada por gatos. No Rio de Janeiro, aproximam-se de 40% do total fornecido, no Norte e Nordeste são também porcentagens altas, que se constata nas grandes cidades do país.

3) O consumidor pagante quase sempre é também contribuinte, portanto sofre impacto diante de um leque de renúncias fiscais suportadas pelo seu dinheiro em prol dos ofertantes de energia, federais, estaduais, além de descontos nas carências e abatimentos de recursos tomados ao BNDES e BNB.

4) Absorve impactos dos subsídios crescentes em volume e importância para a geração distribuída, especialmente da solar fotovoltaica.

5) Assiste a despesas oficiais de apoio aos empreendedores, como centrais compartilhadas de geração que dispensam o investidor de lançar linhas de conexão em troca do pagamento de pedágios.

Neste quadro, agora as escolhas são mórbidas. Ou param de queimar a Amazônia, o Pantanal e os cerrados (detendo os ruralistas) ou a hidrologia seguirá precária. Ou chove nos lagos e teremos água para abastecimento urbano, turismo, pesca, transporte aquático, regularização dos rios, ou guardamos água nas cabeceiras para a energia elétrica. Ou sobem os preços, ou se cortam cotas de consumo. A encrenca é grossa e pode chegar aos tribunais internacionais. Desde logo, o cidadão consumidor/contribuinte já perdeu.

- (1) Artigo publicado na Agência CanalEnergia. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53180996/encrencas-morbidas-palavras-aos-jovens-do-setor-eletrico> Acesso em 20 de julho de 2021.
- (2) **Paulo Ludmer, 77, é autor de *Tosquias Elétricas* (2020), *Hemorragias Elétricas* (2015), *Sertão Elétrico* (2010), todos pela Artliber, entre muitos títulos, vide www.pauloludmer.com.br**